



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 5641/989/16
Poder LEGISLATIVO
Município Angatuba
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE ANGATUBA
Período 04/2017
Relator Dr. Renato Martins Costa
Unidade Fiscalizadora UR-16 UNIDADE REGIONAL DE ITAPEVA
Responsável JOÃO DAMASCENO DOS SANTOS
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 031.529.148-65
Período de Gestão 01/01/2017 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGATUBA	R\$ 0.00	R\$ 319,90
------------------------------	----------	------------

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE ANGATUBA	R\$ 0.00	R\$ 319,90	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE ANGATUBA	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 53,31

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
4/2016	R\$ 1.132.463,52	R\$ 61.647.600,84	1,8370%	6,0000%
8/2016	R\$ 1.170.466,76	R\$ 61.876.777,40	1,8916%	6,0000%
12/2016	R\$ 1.177.135,86	R\$ 67.386.708,70	1,7468%	6,0000%
4/2017	R\$ 1.171.747,75	R\$ 69.264.137,50	1,6917%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 134.537,62
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 6.441,62
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 130.817,14
(=) Liquidez do Período	R\$ -2.721,14
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 1.153.333,36
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 1.150.518,52

(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0.00
(=) Liquidez Projetada	R\$ 93,70

Embora o resultado acima projetado para o exercício, apresente superávit, a situação atual de liquidez revela-se desfavorável, fato esse que merece toda a atenção da Administração, ensejando o acompanhamento para que a situação projetada se mantenha, devendo ser alertada quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.4 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 319,90	R\$ 0,00	R\$ 319,90	R\$ 0,00
Consignações	R\$ 0,00	R\$ 65.071,61	R\$ 64.977,91	R\$ 93,70
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 450.649,96	R\$ 443.888,44	R\$ 6.761,52
Total	R\$ 319,90	R\$ 515.721,57	R\$ 509.186,25	R\$ 6.855,22

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 03/08/2017
Hora da Geração: 21:47:16